

Oposição vê desrespeito a regras

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ruy Bacelar (PMDB-BA) votaram contra a aprovação do acordo, por entenderem que a Resolução nº 82 do Senado, que fixa os parâmetros para a renegociação da dívida, não foi respeitada. Segundo esses senadores, o Governo deu uma interpretação muito elástica ao conceito de capacidade de pagamento, previsto na resolução, ao incluir como fonte de geração interna de recursos, além do superávit fiscal, as rendas com emissão de moeda, compra de divisas, os financiamentos externos ao setor público e os rendimentos decorrentes de operações com reservas internacionais.

Suplicy e Bacelar também garantiram que o acordo contraria a Resolução nº 82 ao prever que o Brasil pagará as despesas com ad-

vogados contratados pelo comitê dos bancos para assessorar as negociações. "A resolução é clara: o Brasil não pode arcar com qualquer despesa de viagem, hospedagem e honorários advocatícios do comitê de bancos", argumentou Suplicy, lembrando que na negociação conduzida pelo ex-ministro da Economia Mailson da Nobrega, entre 1987 e 88, o País teve que desembolsar nada menos que US\$ 14,4 milhões com as despesas feitas pelos executivos dos bancos estrangeiros.

Denúncia

Suplicy também denunciou que o Governo pretende emitir cruzeiros para adquirir dólares e pagar os juros atrasados. Com base em dados oficiais fornecidos pelo Banco Central, Suplicy disse que o País não tem capacidade de pagamento

para honrar o acordo firmado com os credores privados, que envolve o desembolso de cerca de US\$ 8 bilhões. Ele não deu maiores detalhes sobre essa questão, alegando que os dados eram confidenciais.

Dos 16 senadores presentes, dez votaram a favor, dois contra Eduardo Suplicy e Ruy Bacelar (PMDB-BA) —, e três abstenções — senadores Maurício Correa, Coutinho Jorge (PMDB-PA) e Cesar Dias (PMDB-RR).

No final da reunião, o presidente da comissão, senador Raimundo Lira (PRN-PB), telefonou para o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, que está em Washington, para comunicar o resultado da votação. O parecer ainda terá de ser submetido ao plenário do Senado.